



Americanos escolhem presidente e votam propostas legislativas nesta terça

Os americanos escolhem nesta terça-feira (6/11) o novo presidente dos Estados Unidos. A parte política das eleições presidenciais americanas não tem graça alguma para 40 regiões eleitorais do país (39 estados, mais o Distrito de Colúmbia). Os resultados já são conhecidos desde há muito tempo: 16 regiões eleitorais são "blue states" (ou democratas) e 23 regiões são "red states" (ou republicanos). A vantagem nessas regiões, inversamente ao número de estados, é de Barack Obama, que faz 212 delegados para o Colégio Eleitoral, porque a população é maior. Mitt Romney faz 180 delegados. Nenhuma chance de surpresas. Decidem as eleições, como sempre, os "swing states" — os 11 estados que balançam para um lado ou para outro e que fazem os 146 delegados que vão decidir a eleição. Já se sabe também que o partido mais bem-sucedido do centro ou da esquerda vai obter no máximo 5% dos votos — tradicionalmente, o Partido Verde.

A parte jurídica das eleições americanas é a mais quente — mobiliza milhares de americanos e cria uma palpitação maior na campanha e na espera dos resultados finais. Em todas as eleições, a cada dois anos, os eleitores tomam decisões "legislativas" ou "judiciárias". Votam, de forma plebiscitária, na aprovação ou rejeição de novas leis (em alguns estados, até em dispositivos da Constituição estadual — não da federal) ou na derrubada ou não de legislação em vigor. É a "democracia direta". Os eleitores fazem o papel de legisladores ou de juízes. Essa é a única concessão que os EUA fazem para a democracia direta. Nesse sistema, a Suíça parece estar à frente de todos os países.

E essa é a parte mais excitante — e também mais controversa — das eleições americanas. É controversa, entre outras críticas que se faz ao sistema, porque ele se opõe à "democracia representativa". Cabe aos legisladores e aos julgadores acatar a vontade plebiscitária dos eleitores, embora, vez ou outra, eles encontrem um caminho para se opor a ela. Um dos lados mais positivos da parte jurídica das eleições é que a oportunidade de criar leis estaduais ou municipais atrai uma grande quantidade de eleitores às urnas, em um país em que o voto não é obrigatório.

Nas eleições presidenciais desta terça-feira (6/11), 48 estados incluíram "proposições", "iniciativas legislativas" ou "referendos" (plebiscito) nas cédulas de votação. Ao todo, serão submetidas a plebiscito 176 medidas "legislativas". Assim, enquanto todas as emissoras de televisão e de rádio anunciam resultados de boca de urna, parciais e finais, uma grande parcela dos eleitores estará mais preocupada com matérias penais (como o fim da pena de morte), civis, tributárias e sociais. Neste último caso, muitos eleitores estarão ansiosos para saber se poderão consumir ou não maconha em paz — isto é, sem serem importunados pela Polícia.

De acordo com a Universidade do Sul da Califórnia (USC), a onda está crescendo: Foram 153 proposições em 2008 e 159 em 2010.

Conheça algumas das 176 proposições que serão votadas em 2012, de acordo com o *The Oregonian*, o *The Houston Chronicle* e outras publicações americanas:



Pena de Morte — Os eleitores da Califórnia vão votar em uma proposta de extinção da pena de morte no estado. A medida propõe converter a pena de morte em prisão perpétua, sem direito à liberdade condicional.

Lei "Three strikes, you're out" — a expressão emprestada do beisebol (quando o rebatedor falha por três vezes, está fora) dá o nome a uma lei exclusiva da Califórnia considerada draconiana. Qualquer cidadão que for condenado por três vezes por crimes está, de certa forma, fora da sociedade, porque pega de 25 anos à prisão perpétua. A medida propõe que a lei só seja aplicada a pessoas condenadas por crimes "violentos ou sérios", como de estupro, assassinato ou abuso de menores.

Maconha — A proposta da legalização da maconha para consumo "recreativo" é mais controvertida. No entanto, três estados (Washington, Oregon e Colorado) vão votar a descriminalização total da maconha. Poderão ser os primeiros do país a legalizar o consumo normal da maconha. Massachusetts e Arkansas vão votar pela legalização da maconha para usos medicinais, juntando-se aos 17 estados e ao Distrito de Colúmbia, que já aprovaram essa medida. Montana, na contramão, vai votar em uma proposta para "desaprovar" a lei da maconha para uso médico, trocando-a por algum outro sistema. Os órgãos federais protestam veementemente contra a aprovação dessas leis pelos estados. Na prática, pouco podem fazer. E a presunção geral no país é a de que com a adesão de mais e mais estados a uma medida legislativa estadual como essa, o governo federal acaba desistindo de combatê-la.

Consentimento para aborto — Esse foi um tema comum em praticamente todas as campanhas pelos estados. Na Flórida, a proposta é abolir o uso de recursos públicos para financiar o aborto. Em Montana, a proposta é determinar que garotas, com até 16 anos, necessitam de consentimento dos pais para fazer um aborto. Essa é a décima vez que algum estado apresenta proposição como essa. Nas nove anteriores, elas foram bem-sucedidas por quatro vezes.

Alimentos geneticamente modificados. Na Califórnia, os eleitores vão votar em uma proposta destinada a obrigar empresas a colocar no rótulo que seus produtos são alimentos geneticamente modificados, quando esse é o caso. A proposta levantou US\$ 45,6 milhões — contra ela. Entre as empresas que doaram dinheiro para combater a medida estão a Monsanto, a maior produtora mundial de sementes, a DuPont, a maior produtora americana de produtos químicos, a PepsiCo, a maior fabricante mundial de lanches rápidos e a conhecida Coca-Cola, de acordo com a *MapLight*. Eleitores de São Francisco a Boston vão considerar essa proposta.

Obamacare — A lei aprovada pelo governo Obama, que expande um pouco a cobertura de seguro-saúde, com recursos públicos, para beneficiar as pessoas de baixa renda, estará na cédula de votação em seis estados. Alabama, Flórida, Missouri, Montana e Wyoming não querem saber de recursos federais, muito menos estaduais, alimentando o seguro-saúde para as pessoas que não podem comprá-lo, de acordo com a proposta. Louisiana, em outra direção, quer proteger os fundos do Medicaid (o seguro social para as pessoas que vivem abaixo da linha de pobreza) contra cortes, quando se trata de garanti-lo aos idosos.

Mesmo sexo — Os eleitores de Maine terão uma oportunidade de reverter a lei que proíbe o casamento entre pessoas do mesmo sexo. Maine e Washington têm um referendo similar que permitem a casais *gays* obter uma licença de matrimônio civil. Maryland pode aprovar o casamento civil entre pessoas do



mesmo sexo. Minnesota propõe uma emenda para bani-lo e quer definir que casamento só entre um homem e uma mulher. Até hoje, o casamento entre pessoas do mesmo sexo só foi autorizado por tribunais (e não através de lei específica) em Nova York, Iowa, Massachusetts, Connecticut, Vermont, New Hampshire e o Distrito de Colúmbia. Barack Obama foi o primeiro presidente, no exercício do cargo, a endossar tal tipo de casamento.

Uso de armas — Diversos estados republicanos terão em suas cédulas propostas que reforçam o direito constitucional dos americanos (Segunda Emenda) de possuir e portar armas. Idaho, Kentucky, Louisiana, Nebraska e Wyoming têm proposições que solidificam, para não haver contestações, esse direito, bem como do direito de caçar e pescar.

Raça e imigração — Esses tópicos se manifestam em uma variedade de maneiras nas cédulas de votação em todo o país. Maryland, por exemplo, propõe que imigrantes ilegais possam pagar as mesmas mensalidades dos estudantes americanos nas universidades. Montana tem uma proposta que obriga os cidadãos a comprovarem a cidadania quando requerem qualquer benefício público ao estado. Oklahoma tem uma proposta que rejeita a "ação afirmativa", a lei que prevê tratamento especial às minorias, em educação, emprego público e contratos.

Tributos — Existem 31 propostas de natureza tributária as cédulas estaduais das eleições. Na Califórnia, por exemplo, há uma proposta para aumentar o imposto estadual sobre a comercialização de mercadorias de 7,25% para 7,5%, para destinar mais verbas para a educação. Outra proposta, também da Califórnia, propõe o aumento das alíquotas do imposto de renda, por 12 anos, de 0,4%, para pessoas que ganham até US\$ 7.316 por ano, a 2,2% para pessoas que ganham mais de US\$ 2,5 milhões por ano. New Hampshire tem uma proposição que proíbe qualquer aumento da alíquota do imposto de renda, medida que, segundo as previsões, deve atrair a maioria dos conservadores do estado às urnas.

Morte com dignidade — Massachusetts tem uma proposta que permite aos pacientes com doenças terminais requerer a seus médicos a administração de medicamentos letais. O paciente tem de ser adulto, com suas capacidades mentais em bom estado e com um diagnóstico de dois médicos de que tem seis meses ou menos de vida. O paciente tem de fazer o pedido oralmente, por duas vezes, e por escrito, por uma vez, antes que o medicamento letal seja administrado. Por três vezes, em sete tentativas em estados diferentes, os eleitores aprovaram o suicídio assistido. A prática já foi aprovada em Washington, Oregon e Montana.

Date Created

06/11/2012